

Roberto Moreira de Almeida

CURSO DE **DIREITO**
ELEITORAL

18^a
Edição

revista
atualizada
ampliada

2025



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

A447c Almeida, Roberto Moreira de
Curso de Direito Eleitoral / Roberto Moreira de Almeida – 18.ed., rev., atual. e ampl. -
São Paulo: Editora JusPodivm, 2025.
832 p.

ISBN: 978-85-442-5915-3.

1. Direito Eleitoral. I. Almeida, Roberto Moreira de. II. Título.

CDD 341.28

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE QUESTÕES.....	33		
CAPÍTULO I			
INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL	45		
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL ...	45		
1.1. Conceito de Direito Eleitoral	45	1.1. Conceito.....	71
1.2. Objeto	45	1.2. Distinção entre nacionalidade e cidadania	71
1.3. Taxonomia e autonomia	46	1.3. Termos jurídicos relacionados à nacionalidade	71
1.4. Fontes	47	1.3.1. Povo	71
1.4.1. Fontes diretas.....	47	1.3.2. População.....	72
1.4.2. Fontes indiretas.....	49	1.3.3. Nação.....	72
1.5. Codificações eleitorais	54	1.3.4. Estado	72
1.6. Competência legislativa	55	1.4. Espécies de nacionalidade	72
1.7. Princípios do Direito Eleitoral	56	1.4.1. Nacionalidade originária	72
1.7.1. Conceito de princípio.....	56	1.4.2. Nacionalidade derivada.....	72
1.7.2. Princípios do Direito Eleitoral em espécie.....	56	1.5. Critérios para a obtenção da nacionalidade originária	72
1.7.2.1. Princípio da anualidade ou da anterioridade da lei eleitoral	56	1.5.1. Critério do <i>jus soli</i> (local do nascimento).....	72
1.7.2.2. Princípio da celeridade	59	1.5.2. Critério do <i>jus sanguinis</i> (fator sanguíneo).....	72
1.7.2.3. Princípio da periodicidade da investidura das funções eleitorais	60	1.6. Critérios adotados pelo Brasil	72
1.7.2.4. Princípio da lisura das eleições ou da isonomia de oportunidades	60	1.7. Nacionalidade derivada	73
1.7.2.5. Princípio da responsabilidade solidária entre candidatos e partidos políticos.....	61	1.7.1. Noção	73
2. SINOPSE.....	63	1.7.2. Requisitos para a aquisição da nacionalidade derivada no Brasil.....	73
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	64	1.7.3. Situação jurídica dos portugueses residentes no Brasil	74
3.1. Informativos	64	1.8. Diferenças entre brasileiros natos e naturalizados	75
3.2. Jurisprudência selecionada.....	68	1.8.1. Tratamento diferenciado para a ocupação de certos cargos (CF, art. 12, § 3º)	75
CAPÍTULO II			
NACIONALIDADE	71	1.8.2. Tratamento diferenciado para o exercício de funções relevantes	75
1. NACIONALIDADE	71	1.8.3. Tratamento diferenciado para a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão de sons e imagens.....	76
		1.8.4. Tratamento diferenciado para a extradição	76

1.9. Perda da nacionalidade.....	77	1.3.4. Reelegibilidade.....	136
1.9.1. Perda da nacionalidade, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (CF, art. 12, § 4º, I).....	77	1.3.4.1. Conceito	136
1.9.2. Perda da nacionalidade por pedido expresso à autoridade brasileira competente	77	1.3.4.2. Hipóteses constitucionais.....	136
1.10. Vocabulário	77	1.3.5. Privação dos direitos políticos	137
2. SINOPSE.....	78	1.3.5.1. Introdução.....	137
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	79	1.3.5.2. Hipóteses legais	138
3.1. Informativos	79	1.3.6. Direitos políticos dos militares	142
3.2. Jurisprudência selecionada.....	80	1.3.7. Direitos políticos dos magistrados.....	144
CAPÍTULO III		1.3.8. Direitos políticos dos membros de Tribunais de Contas.....	144
DIREITOS POLÍTICOS	83	1.3.9. Direitos políticos dos membros do Ministério Público	144
1. DIREITOS POLÍTICOS.....	83	1.4. Político Ficha Limpa.....	145
1.1. Conceito.....	83	1.4.1. Origem.....	145
1.2. Democracia.....	84	1.4.2. Legislação	146
1.3. Modalidades.....	87	1.4.3. Aplicabilidade imediata	146
1.3.1. Direitos políticos ativos (capacidade eleitoral ativa).....	87	1.4.4. Efeito suspensivo	151
1.3.1.1. Conceito	87	1.4.5. Aditamento recursal	152
1.3.1.2. Sufrágio	88	1.4.6. Elegibilidade mantida	152
1.3.2. Direitos políticos passivos (capacidade eleitoral passiva)	92	1.4.7. Quadro resumido.....	154
1.3.2.1. Conceito	92	2. SINOPSE.....	156
1.3.2.2. Condições de elegibilidade ...	93	3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	158
1.3.3. Inelegibilidade.....	98	3.1. Súmulas STF.....	158
1.3.3.1. Conceito	98	3.2. Súmulas TSE	158
1.3.3.2. Casos de inelegibilidade	99	3.3. Informativos	161
1.3.3.3. Desincompatibilização.....	134	3.4. Jurisprudência selecionada.....	177
1.3.3.3.1. Conceito	134	CAPÍTULO IV	
1.3.3.3.2. Finalidade.....	134	PARTIDOS POLÍTICOS	183
1.3.3.3.3. Heterodesincompati- bilização e autodesincompatibi- lização	134	1. PARTIDOS POLÍTICOS	183
1.3.3.3.5. Tabela resumo de desincompatibilização	135	1.1. Conceito.....	183
		1.2. Natureza jurídica	186
		1.3. Finalidade	188
		1.4. Sistemas partidários.....	188
		1.5. Regramento constitucional.....	189
		1.6. Autonomia partidária	193
		1.7. Recursos do Fundo Partidário e propaganda gratuita no rádio e na TV.....	194

1.7.1. Fundo Partidário	194	1.2.2.1. Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério	232
1.7.2. Acesso gratuito ao rádio e à televisão	201	1.2.2.2. Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo, bem como auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei	233
1.8. Atuais partidos políticos brasileiros	202	1.2.2.3. Dedicar-se à atividade político-partidária e exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração	233
1.9. Infidelidade partidária por fixação jurisprudencial.....	206	1.3. Organização da Justiça Eleitoral.....	235
1.9.1. Noções gerais	206	1.3.1. Introdução	235
1.9.2. Constitucionalidade da Resolução TSE nº 22.610/07	209	1.3.2. Tribunal Superior Eleitoral	235
1.9.3. Legitimidade ativa e prazo para a propositura da ação	210	1.3.2.1. Posição topográfica.....	235
1.9.4. Tutela antecipada.....	210	1.3.2.2. Composição	235
1.9.5. Hipóteses de justa causa	210	1.3.2.3. Competência.....	237
1.9.6. Competência	211	1.3.3. Tribunais Regionais Eleitorais (TREs)	242
1.9.7. Atuação do Ministério Público Eleitoral	212	1.3.3.1. Conceito	242
1.9.8. Procedimento	212	1.3.3.2. Organização	242
1.9.9. Duração razoável do processo	214	1.3.3.3. Competência.....	243
1.9.10. Vigência	214	1.3.4. Juízes eleitorais	245
1.10. Infidelidade partidária por fixação legal (Lei n.º 13.165/15) e nova previsão trazida pela EC n.º 111/21.	214	1.3.4.1. Posição topográfica.....	245
2. SINOPSE.....	217	1.3.4.2. Competência.....	245
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	218	1.3.5. Juntas Eleitorais.....	246
3.1. Súmulas do TSE	218	1.3.5.1. Posição topográfica.....	246
3.2. Informativos	218	1.3.5.2. Competência.....	248
3.3. Jurisprudência selecionada.....	229	2. SINOPSE.....	248
CAPÍTULO V		3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	250
JUSTIÇA ELEITORAL	231	3.1. Súmulas STF	250
1. JUSTIÇA ELEITORAL	231	3.2. Súmulas TSE	250
1.1. Origem	231	3.3. Informativos	250
1.2. Garantias e vedações da magistratura em geral e da magistratura eleitoral	231	3.4. Jurisprudência selecionada.....	253
1.2.1. Garantias	231		
1.2.1.1. Vitaliciedade	231		
1.2.1.2. Inamovibilidade	232		
1.2.1.3. Irredutibilidade de subsídio...232			
1.2.2. Vedações	232		

CAPÍTULO VI**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL 257****1. MINISTÉRIO PÚBLICO..... 257**

1.1. Conceito.....257

1.2. Princípios institucionais257

1.2.1. Unidade257

1.2.2. Indivisibilidade257

1.2.3. Independência funcional258

1.3. Autonomia.....259

1.3.1. Autonomia funcional e administrativa.....259

1.3.2. Autonomia financeira259

1.4. Organização259

1.4.1. Ministério Público da União (MPU)259

1.4.1.1. Chefia institucional259

1.4.1.2. Ramos integrantes260

1.4.2. Ministério Público dos Estados.....261

1.4.2.1. Chefia institucional261

1.4.2.2. Órgãos integrantes.....261

1.5. Garantias262

1.5.1. Vitaliciedade.....262

1.5.2. Inamovibilidade262

1.5.3. Irredutibilidade de subsídios262

1.6. Vedações262

1.6.1. O recebimento, a qualquer título e sob qualquer pretexto, de honorários, percentagens ou custas processuais263

1.6.2. O exercício da advocacia.....263

1.6.3. Participar de sociedade comercial, na forma da lei263

1.6.4. Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério264

1.6.5. Exercer atividade político-partidária264

1.6.6. Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei264

1.7. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)264

1.7.1. Origem.....264

1.7.2. Composição.....265

1.7.3. Atribuições265

1.7.4. Reclamações e representações265

2. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL 266

2.1. Conceito e princípios institucionais.....266

2.2. Organização267

2.2.1. Ministério Público Eleitoral perante o Tribunal Superior Eleitoral267

2.2.1.1. Atuação267

2.2.1.2. Atribuições267

2.2.2. Ministério Público perante o Tribunal Regional Eleitoral269

2.2.2.1. Atuação269

2.2.2.2. Atribuições269

2.2.3. Ministério Público perante os Juízes e Juntas Eleitorais270

2.2.3.1. Atuação270

2.2.3.2. Atribuições271

2.3. Funções do Ministério Público Eleitoral segundo a doutrina.....274

2.3.1. Em ano sem eleição274

2.3.2. Em ano eleitoral275

2.4. Designação de promotores eleitorais277

3. SINOPSE..... 279**4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA 280**

4.1. Informativos280

4.2. Jurisprudência selecionada.....286

CAPÍTULO VII**ALISTAMENTO ELEITORAL 289****1. ALISTAMENTO ELEITORAL 289**

1.1. Conceito e previsão legal289

1.2. Obrigatoriedade290

1.3. Facultatividade290

1.4. Vedações290

1.5. Direito de voto.....291

1.5.1. Obrigatoriedade291

1.5.2. Facultatividade	291	1.6. Propaganda intrapartidária	319
1.5.3. Vedação	291	1.7. Coligações.....	319
1.6. Domicílio eleitoral	292	1.7.1. Conceito	319
1.7. Procedimento para o alistamento	293	1.7.2. Natureza jurídica	319
1.7.1. Introdução.....	293	1.7.3. Denominação	320
1.7.1.1. Qualificação	293	1.7.4. Verticalização	320
1.7.1.2. Inscrição	294	1.7.5. Regramento legal	321
1.7.1.3. Deferimento.....	296	1.7.6. Quem representa a coligação.....	321
1.7.2. Impugnações e recursos ao alistamento.....	296	1.8. Federações partidárias.....	322
1.7.3. Encerramento do alistamento.....	297	1.8.1. Conceito	322
1.8. Consequências do não alistamento	298	1.8.2. Previsão legal	322
1.9. Transferência, revisão, segunda via, cancelamento e exclusão.....	298	1.8.3. Regras legais para se instituir uma federação partidária (Lei n.º 9.096/95, art. 11-A)	322
1.9.1. Transferência	298	1.8.4. Fases para criação de uma federação de partidos políticos	322
1.9.2. Revisão	299	1.8.5. Atuação da federação nas eleições	323
1.9.3. Segunda via	300	1.8.6. Semelhanças e distinções entre coligações partidárias e federação de partidos políticos	323
1.9.4. Cancelamento e exclusão.....	301	2. REGISTRO DE CANDIDATURAS	324
1.10. Fiscalização do alistamento	308	2.1. Introdução	324
1.11. Título eleitoral	308	2.2. Competência	325
2. SINOPSE.....	309	2.3. Requisitos legais	325
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	311	2.4. Prazo	326
3.1. Informativos	311	2.5. Quantidade de candidatos	327
3.2. Jurisprudência Seleccionada	313	2.5.1. Nas eleições majoritárias.....	327
CAPÍTULO VIII		2.5.2. Nas eleições proporcionais.....	327
CONVENÇÃO PARTIDÁRIA E REGISTRO		2.6. Percentual mínimo de vagas para o sexo masculino e feminino nas eleições proporcionais.....	327
DE CANDIDATURAS	317	2.7. Identificação numérica dos candidatos	329
1. CONVENÇÃO PARA ESCOLHA DE		2.7.1. Nas eleições majoritárias.....	329
CANDIDATOS.....	317	2.7.2. Nas eleições proporcionais.....	330
1.1. Noção.....	317	2.8. Variação nominal dos candidatos.....	330
1.2. Espécies	317	2.9. Substituição de candidatos.....	331
1.2.1. Convenção municipal	317	2.10. Cancelamento de registro.....	333
1.2.2. Convenção regional	317		
1.2.3. Convenção nacional	318		
1.3. Prazo	318		
1.4. Local das convenções.....	318		
1.5. Escolha de candidatos.....	318		

2.11. Candidatura nata e candidatura avulsa	333	1.5.1. Introdução	365
2.12. “Check list” da Justiça Eleitoral para o registro de candidaturas	336	1.5.2. Previsão legal	366
3. SINOPSE	340	1.5.3. Prazo e propaganda antecipada ou extemporânea	366
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	342	1.5.4. Identificação e idioma (CE, art. 242; e Lei das Eleições, art. 36, § 4º)	368
4.1. Súmulas do TSE	342	1.5.5. Meios fiscalizatórios	368
4.2. Informativos	344	1.5.6. Meios de veiculação de propaganda	368
4.3. Jurisprudência selecionada	351	1.5.6.1. Introdução	368
CAPÍTULO IX		1.5.6.2. Outdoors	369
PROPAGANDA POLÍTICA	357	1.5.6.3. Imprensa escrita	370
1. PROPAGANDA POLÍTICA	357	1.5.6.4. Rádio e televisão	370
1.1. Conceito de propaganda	357	1.5.6.5. Debates	374
1.2. Distinção entre propaganda eleitoral, propaganda intrapartidária e propaganda partidária	358	1.5.6.6. Pesquisas e testes pré-eleitorais	376
1.3. Princípios	359	1.5.6.7. Internet	380
1.3.1. Princípio da legalidade	359	1.5.6.8. Outros meios de propaganda	382
1.3.2. Princípio da liberdade	359	1.6. Representação por propaganda eleitoral ilícita e direito de resposta	392
1.3.3. Princípio da responsabilidade	360	1.6.1. Representação por propaganda eleitoral ilícita	392
1.3.4. Princípio da igualdade	361	1.6.2. Direito de resposta	394
1.3.5. Princípio da disponibilidade	361	1.6.2.1. Introdução	394
1.3.6. Princípio do controle judicial da propaganda	362	1.6.2.2. Competência	394
1.4. Propaganda partidária	362	1.6.2.3. Legitimação ativa e passiva	394
1.4.1. Previsão legal	362	1.6.2.4. Prazo para o exercício	395
1.4.2. Regramento legal (Lei n.º 9.096/95, art. 50-A)	363	1.6.2.5. Procedimento	395
1.4.2.1. Horário de veiculação	363	2. SINOPSE	399
1.4.2.2. Âmbito nacional ou estadual	363	3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	401
1.4.2.3. Competência	363	3.1. Súmulas do TSE	401
1.4.2.4. Inserções	363	3.2. Informativos	401
1.4.2.5. Tempo de veiculação por partido político	363	3.3. Jurisprudência selecionada	412
1.4.3. Finalidades	364	CAPÍTULO X	
1.4.4. Vedações	364	SISTEMAS ELEITORAIS, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA DO ELEITORADO E MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO	417
1.4.5. Desobediência, punição e procedimento	365	1. SISTEMAS ELEITORAIS	417
1.4.6. Propaganda intrapartidária	365	1.1. Noções prévias e conceito	417
1.5. Propaganda eleitoral	365		

1.2. Sistema majoritário.....	417
1.2.1. Conceito	417
1.3. Sistema proporcional	419
1.3.1. Conceito	419
1.3.2. Quociente Eleitoral (QE)	420
1.3.3. Quociente Partidário (QP)	421
1.3.4. Distribuição das sobras	422
2. COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO	
BRASILEIRO	425
2.1. Congresso Nacional (Parlamento da União)	425
2.1.1. Câmara dos Deputados	425
2.1.2. Senado Federal	427
2.2. Assembleias Legislativas (Parlamento dos Estados-membros)	428
2.3. Câmara Legislativa (Parlamento do Distrito Federal)	430
2.4. Câmara Municipal (Parlamento dos Municípios)	430
3. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E	
POLÍTICA DO ELEITORADO	431
3.1. Introdução	431
3.2. Circunscrições eleitorais.....	432
3.2.1. O país (território nacional)	432
3.2.2. O território do Distrito Federal	432
3.2.3. O território dos Estados-membros	432
3.2.4. O território do Município	432
3.3. Zonas eleitorais (ZE)	432
3.4. Seções eleitorais	432
4. MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO ...	436
4.1. Introdução	436
4.2. Mesas Receptoras	436
5. SINOPSE.....	439
6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	440
6.1. Súmulas do TSE	440
6.2. Informativos	440
6.3. Jurisprudência selecionada.....	445
CAPÍTULO XI	
VOTAÇÃO, APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO	
DOS VOTOS, PROCLAMAÇÃO DOS	
RESULTADOS E DIPLOMAÇÃO DOS	
ELEITOS.....	451
1. VOTAÇÃO	451
1.1. Lugares de votação (CE, art. 135)	451
1.2. Sistema eletrônico de votação-	452
1.3. Sigilo e inviolabilidade do voto (CE, art. 103)	453
1.4. Folha eletrônica de votação (Lei nº 9.504/97, art. 62)	454
1.5. Procedimento da votação.....	454
1.5.1. Providências preliminares (CE, art. 142)	454
1.5.2. Início dos trabalhos (CE, art. 143)	454
1.5.3. Prioridade na votação.....	456
1.5.4. Horário de recebimento dos votos (CE, art. 144).....	457
1.5.5. Assinatura dos eleitores (Lei nº 7.332/85, art. 18)	458
2. APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO DOS	
VOTOS E PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS.....	461
2.1. Introdução	461
2.2. Competência (CE, art. 158).....	465
2.3. A utilização das urnas eletrônicas	471
2.4. A proclamação dos resultados (proclamação dos eleitos).....	472
3. DIPLOMAÇÃO.....	473
3.1. Conceito.....	473
3.2. Natureza jurídica	473
3.3. Prazo	474
3.4. Competência para diplomar	475
3.4.1. Tribunal Superior Eleitoral	475
3.4.2. Tribunal Regional Eleitoral	475
3.4.3. Junta Eleitoral	475
3.5. Fiscalização da diplomação.....	475
3.6. Prerrogativas e vedações a partir da diplomação	476

3.6.1. Prerrogativas (CF, art. 53)	476	1.2.2.3. Sanções	493
3.6.1.1. Foro privilegiado por prerrogativa de função.....	476	1.2.3. Abuso de poder no uso dos meios de comunicação social	493
3.6.1.2. Prisão.....	476	1.2.3.1. Conceito	493
3.6.1.3. Sustação de processo penal	476	1.2.3.2. Limitação do poder dos meios de comunicação social	494
3.6.1.4. Facultatividade de prestar testemunho	477	1.2.3.3. Sanções	496
3.6.1.5. Incorporação às Forças Armadas	477	2. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO.....	498
3.6.2. Vedações (CF, art. 154, i, “a” e “b”)	477	2.1. Conceito.....	498
3.6.2.1. Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.....	477	2.2. Origem.....	498
3.6.2.2. Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego público remunerado	477	2.3. Previsão legal.....	498
3.7. Perda do diploma	477	2.4. Elementos configuradores da captação ilícita de sufrágio.....	499
4. SINOPSE.....	478	2.4.1. A prática de uma conduta punível	499
5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	480	2.4.2. A legitimidade da conduta	499
5.1. Informativos	480	2.4.3. A finalidade	500
5.2. Jurisprudência Seleccionada	484	2.4.4. O lapso temporal	500
CAPÍTULO XII		2.5. Sanções.....	501
ABUSO DE PODER, CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIOS E CONDUTAS VEDADAS	489	2.5.1. Multa	501
1. ABUSO DE PODER	489	2.5.2. Cassação do registro ou do diploma.....	501
1.1. Introdução	489	2.5.3. Inelegibilidade.....	501
1.2. Espécies de abuso de poder	490	2.6. Procedimento legal	502
1.2.1. Abuso de poder econômico	490	3. CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA	502
1.2.1.1. Conceito	490	3.1. Introito	502
1.2.1.2. Limitação da influência do poder econômico.....	491	3.2. Previsão legal.....	503
1.2.1.3. Sanções	491	3.3. Rol de condutas vedadas	503
1.2.2. Abuso de poder político	492	3.3.1. Utilização de bens móveis ou imóveis públicos em benefício de candidatos, partidos, (federações) ou coligações (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. I)	503
1.2.2.1. Conceito	492	3.3.2. Utilização de materiais e serviços custeados por governos ou casas legislativas (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. II).....	504
1.2.2.2. Limitação da influência do poder político	492	3.3.3. de servidores públicos em campanha durante o horário de expediente (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. III)	505

3.3.4. Utilização promocional de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. IV)	505
3.3.5. Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10)	506
3.3.6. Revisão geral de remuneração de servidores públicos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VIII)	507
3.3.7. Realização de movimentação de pessoal (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. V)	508
3.3.8. Realização de transferência voluntária de recursos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “a”)	509
3.3.9. Publicidade institucional (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “b”, art. 73, inc. VII e art. 74)	510
3.3.10. Pronunciamento em cadeia de rádio e TV (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “c”)	512
3.3.11. Contratação de shows artísticos (Lei nº 9.504/97, art. 75)	512
3.3.12. Inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/97, art. 77)	513
3.4. Sanções legais	514
3.5. Procedimento legal	516
4. SINOPSE	517
5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	518
5.1. Súmulas do TSE	518
5.2. Informativos	518
5.3. Jurisprudência Seleccionada	528
 CAPÍTULO XIII	
POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL, CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL	
533	
1. POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL	533
1.1. Introdução	533
1.2. Polícias judiciárias	533
1.2.1. Polícia judiciária da União	533
1.2.2. Polícia judiciária estadual	533
1.3. Polícia judiciária incumbida de apurar a prática de crimes eleitorais	534
1.4. Apuração dos crimes eleitorais	534
1.4.1. Polícia Judiciária Eleitoral	534
1.4.2. Notícia-crime eleitoral	534
1.4.3. Inquérito policial (IPL) e termo circunstanciado de ocorrência (TCO) eleitoral	536
1.4.4. Prisão em flagrante e liberdade provisória com ou sem fiança	537
2. CRIMES ELEITORAIS	538
2.1. Conceito	538
2.2. Natureza jurídica	538
2.3. Classificação das infrações penais eleitorais	538
2.3.1. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974 (fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição)	548
2.3.2. Crimes eleitorais na Lei Complementar nº 64/90 (Lei das Inelegibilidades)	551
2.3.3. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Geral das Eleições)	551
3. PROCESSO PENAL ELEITORAL	556
3.1. Conceito	556
3.2. Condições da ação penal eleitoral	556
3.2.1. Legitimidade “ad causam” (legitimação para agir)	556
3.2.2. Interesse de agir	557
3.2.3. Possibilidade jurídica do pedido	557
3.3. Classificação das ações penais em geral	557
3.4. Classificação das ações penais eleitorais	557
3.5. Ação penal pública eleitoral	557
3.5.1. Conceito	557
3.5.2. Princípios	558
3.5.2.1. Obrigatoriedade (legalidade)	558

3.5.2.2. Indisponibilidade (inesistibilidade).....	560	4.2. Natureza jurídica	576
3.5.2.3. Indivisibilidade	560	4.3. Cabimento	576
3.5.2.4. Oficialidade	561	4.4. Efeitos	577
3.5.3. A denúncia	561	4.5. Prazo	577
3.5.3.1. Conceito	561	4.6. Forma de interposição e resultado.....	577
3.5.3.2. Requisitos	561	5. SINOPSE.....	577
3.5.3.3. Prazos	561	6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	580
3.6. Procedimento processual penal eleitoral.....	562	6.1. Súmulas do TSE	580
3.6.1. Introito.....	562	6.2. Informativos	580
3.6.2. Competência	562	6.3. Jurisprudência selecionada.....	596
3.6.2.1. Regra geral	562	CAPÍTULO XIV	
3.6.2.2. Competência funcional por prerrogativa de função	563	AÇÕES CONSTITUCIONAIS E AÇÕES ESPECIAIS ELEITORAIS.....	601
3.6.2.3. Competência pela prática de crime eleitoral por menores de 18 anos de idade	566	1. MANDADO DE SEGURANÇA	601
3.6.2.4. Competência pela prática de crime eleitoral conexo com crime doloso contra a vida.....	566	1.1. Conceito.....	601
3.7. Rito processual por crime eleitoral.....	567	1.2. Espécies	601
3.7.1. Procedimento criminal eleitoral da primeira instância.....	567	1.3. Natureza jurídica	601
3.7.1.1. Procedimento criminal previsto no Código Eleitoral.....	567	1.4. Previsão	601
3.7.1.2. Procedimento criminal previsto após o advento da Lei nº 11.790, de 20 de junho de 2008	569	1.5. Origem	602
3.7.1.2.1. Procedimento comum ordinário.....	569	1.6. Objeto.....	602
3.7.1.2.2. Procedimento comum sumário	573	1.7. Requisitos específicos	602
3.7.1.2.3. Procedimento comum sumaríssimo	573	1.8. Partes legitimadas.....	603
3.7.2. Procedimento criminal eleitoral da segunda instância (Tribunal Regional Eleitoral)	574	1.9. Procedimento	604
4. REVISÃO CRIMINAL ELEITORAL (RCE).....	576	1.10. O mandado de segurança em matéria eleitoral	606
4.1. Previsão legal.....	576	2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO ..	607
		2.1. Conceito.....	607
		2.2. Previsão legal e origem	607
		2.3. Objeto	607
		2.4. Legitimados ativos	607
		2.5. Pressupostos	608
		2.6. Coisa julgada.....	608
		2.7. Mandado de segurança coletivo em matéria eleitoral	608
		3. HABEAS DATA	610

3.1. Conceito.....	610	6.3.2. Passiva	624
3.2. Origem e previsão	610	6.4. Prazos (LC n.º 64/90, art. 3.º)	625
3.3. Natureza jurídica	610	6.5. Competência	625
3.4. Finalidade	611	6.6. Procedimento	626
3.5. Cabimento e competência.....	611	7. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL	
3.6. Legitimidades ativa e passiva	612	ELEITORAL (AIJE).....	632
3.6.1. Legitimidade ativa.....	612	7.1. Conceito.....	632
3.6.2. Legitimidade passiva.....	612	7.2. Previsão legal.....	632
3.7. <i>Habeas Data</i> em matéria eleitoral	612	7.3. Prazo	633
4. MANDADO DE INJUNÇÃO		7.4. Legitimidades ativa e passiva	633
INDIVIDUAL E COLETIVO.....	613	7.4.1. Legitimidade ativa.....	633
4.1. Conceito.....	613	7.4.2. Legitimidade passiva.....	634
4.2. Objeto e previsão legal	613	7.5. Competência	634
4.3. Requisitos e competência	613	7.6. Causa de pedir.....	634
4.3.1. Requisitos	613	7.7. Rito processual	635
4.3.2. Competência	614	7.8. Peculiaridades	637
4.4. Legitimidades ativa e passiva	614	8. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE	
4.4.1. Legitimidade ativa.....	614	MANDATO ELETIVO (AIME)	638
4.4.2. Legitimidade passiva.....	616	8.1. Conceito.....	638
4.5. Efeitos	616	8.2. Previsão legal.....	638
4.6. Mandado de injunção em matéria		8.3. Natureza jurídica	638
eleitoral.....	617	8.4. Origem	638
5. HABEAS CORPUS.....	620	8.5. Fundamento	638
5.1. Conceito.....	620	8.6. Finalidade	639
5.2. Espécies	620	8.7. Prazo de interposição.....	639
5.3. Legitimidades ativa e passiva	620	8.8. Competência	639
5.3.1. Legitimidade ativa.....	620	8.9. Legitimidades ativa e passiva	640
5.3.2. Legitimidade passiva.....	620	8.9.1. Legitimidade ativa.....	640
5.4. Cabimento	620	8.9.2. Legitimidade passiva.....	640
5.5. Prazo	621	8.10. Rito processual	641
5.6. O <i>habeas corpus</i> no Direito Eleitoral.....	621	8.11. Peculiaridades	642
6. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO		9. AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL (ARE)	642
DE REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC) .	622	9.1. Conceito.....	642
6.1. Previsão legal.....	622	9.2. Previsão legal.....	643
6.2. Finalidade	622	9.3. Natureza jurídica	643
6.3. Legitimidade.....	623	9.4. Legitimidade ativa	643
6.3.1. Ativa.....	623		

9.5. Cabimento	643	1.2. Finalidade	680
9.6. Competência	643	1.3. Fundamento	680
9.7. Prazo de interposição	644	1.4. Características	681
9.8. Competência	644	1.5. Classificação	681
9.9. Peculiaridades	644	1.5.1. Quanto ao objeto tutelado	681
10. RECURSO CONTRA DIPLOMAÇÃO		1.5.1.1. Recursos ordinários ou normais	681
(RCD)	645	1.5.1.2. Recursos extraordinários ou especiais	682
10.1. Noção prévia	645	1.5.2. Quanto ao fim pretendido	682
10.2. Natureza jurídica	645	1.5.2.1. Reforma	682
10.3. Previsão legal	645	1.5.2.2. Invalidação	682
10.4. Competência para julgar o recurso	645	1.5.2.3. Esclarecimento ou integração	682
10.5. Prazo de interposição	646	1.5.3. Quanto à extensão da matéria	682
10.6. Cabimento	646	1.5.3.1. Recurso parcial	682
10.7. Legitimidades ativa e passiva	647	1.5.3.2. Recurso total	682
10.7.1. Legitimidade ativa	647	1.5.4. Quanto à fundamentação	683
10.7.2. Legitimidade passiva	647	1.5.4.1. Recurso de fundamentação livre ou ilimitada	683
10.8. Procedimento	648	1.5.4.2. Recurso de fundamentação vinculada ou limitada	683
10.9. Peculiaridades	649	1.5.5. Quanto à fonte	683
11. REPRESENTAÇÃO OU RECLAMAÇÃO		1.5.5.1. Recursos constitucionais	683
POR INFRINGÊNCIA À LEI DAS		1.5.5.2. Recursos legais	683
ELEIÇÕES (LEI Nº 9.504/97)	649	1.5.5.3. Recursos regimentais	683
11.1. Previsão legal	649	1.6. Efeitos	683
11.2. Competência	650	1.6.1. Efeito devolutivo	684
11.3. Legitimidade	650	1.6.2. Efeito suspensivo	684
11.4. Procedimento	650	1.6.3. Efeito extensivo	684
11.5. Peculiaridades	651	1.6.4. Efeito regressivo	684
12. SINOPSE	652	1.6.5. Efeito translativo	685
13. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA....	656	1.6.6. Efeito substitutivo	685
13.1. Súmulas do STF	656	1.7. Princípios	685
13.2. Súmulas do TSE	658	1.7.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	685
13.3. Informativos	659	1.7.2. Princípio da taxatividade	685
13.4. Jurisprudência Seleccionada	669	1.7.3. Princípio da singularidade (unirrecorribilidade)	686
CAPÍTULO XV		1.7.4. Princípio da fungibilidade	686
RECURSOS ELEITORAIS	677		
1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	677		
1.1. Conceito de recursos	677		

1.7.5. Princípio da vedação da “reformatio in pejus”	686
1.7.6. Princípio da voluntariedade	687
1.7.7. Princípio da lesividade	688
1.7.8. Princípio da personalidade	688
1.8. Juízo de admissibilidade (juízo de prelibação)	688
1.9. Pressupostos gerais recursais	688
1.9.1. Pressupostos subjetivos	688
1.9.2. Pressupostos objetivos	689
1.10. Renúncia e desistência do recurso	691
1.10.1. Desistência	691
1.10.2. Renúncia	693
2. ESPÉCIES RECURSAIS ELEITORAIS	693
2.1. Recursos contra decisões dos Juízes Eleitorais	693
2.1.1. Apelação criminal eleitoral ou recurso eleitoral criminal (REC)	694
2.1.2. Recurso em sentido estrito (RESE)	695
2.1.3. Recurso inominado eleitoral	696
2.2. Recursos contra decisões das Juntas Eleitorais	697
2.2.1. Introdução	697
2.2.2. Recurso parcial	697
2.3. Recursos contra decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais	699
2.3.1. Recurso parcial	699
2.3.2. Recurso inominado eleitoral	700
2.3.3. Embargos de declaração	700
2.3.4. Recurso Especial Eleitoral	701
2.3.5. Recurso Ordinário Eleitoral (ROE)	703
2.3.6. Agravo de instrumento	705
2.4. Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral	706
2.4.1. Recurso inominado	706
2.4.2. Embargos de declaração	706
2.4.3. Recurso extraordinário	707
2.4.4. Recurso ordinário constitucional (ROC)	709
2.4.5. Agravo de instrumento	710
3. SINOPSE	710
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	712
4.1. Súmulas do STF	712
4.2. Súmulas do TSE	712
4.3. Informativos	713
4.4. Jurisprudência selecionada	722
CAPÍTULO XVI	
FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE	
CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS	727
1. INTRODUÇÃO	727
2. FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE	
CONTAS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS ...	727
2.1. Introito	727
2.2. Legislação aplicável	728
2.3. Origem dos recursos	728
2.3.1. Fontes de arrecadação permitidas	728
2.3.2. Fontes de arrecadação vedadas	732
2.4. Procedimento para o início da arrecadação e gastos de recursos	732
2.4.1. Pedido de registro de candidatura	733
2.4.2. CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica	733
2.4.3. Conta bancária eleitoral	734
2.4.4. Obtenção dos recibos eleitorais	735
2.5. Gastos eleitorais	736
2.5.1. Introito	736
2.5.2. Data para início e término da arrecadação de recursos e realização de despesas	736
2.5.3. Elenco legal	736
2.5.4. Limitação de gastos de campanha	738
2.5.5. Sanções pela extrapolação do limite de gastos	738
2.6. Prestação de Contas de Campanhas	739
2.6.1. Quem deve prestar contas?	739
2.6.2. Qual o prazo para a prestação de contas final de campanha?	739
2.6.3. Há previsão de prestação de contas parcial de campanha?	740

2.6.4. Acaso os candidatos ou partidos políticos não prestem contas no prazo legal, qual deverá ser o comportamento da Justiça Eleitoral? ...	740
2.6.5. Quais peças e documentos devem ser apresentados no momento da prestação de contas?	741
2.6.6. Como deve ser realizada a prestação de contas e encaminhada à Justiça Eleitoral?	742
2.6.7. Análise e Julgamento das Prestações de Contas	742
2.6.7.1. Procedimento	742
2.6.7.2. Julgamento	743
2.6.7.3. Recursos	744
2.6.7.4. Fiscalização	744
2.6.8. Resultado financeiro	744
2.6.9. Representação Eleitoral por Excesso de Doação (REED) e Representação Eleitoral por Captação Ilícita de Recursos (RECIR)	745
2.6.9.1. Representação Eleitoral por Excesso de Doação (REED)	745
2.6.9.1.1. Previsão Legal	745
2.6.9.1.2. Legitimidade	746
2.6.9.1.3. Competência	746
2.6.9.1.4. Prazo	747
2.6.9.1.5. Rito processual	748
2.6.9.2. Representação Eleitoral por Captação Ilícita de Recursos (RECIR)	749
2.6.9.2.1. Previsão Legal	749
2.6.9.2.2. Legitimidade	750
2.6.9.2.2.1. Legitimidade ativa	750
2.6.9.2.2.2. Legitimidade passiva	751
2.6.9.2.3. Competência	752
2.6.9.2.4. Prazo	752
2.6.9.2.5. Procedimento	753
2.6.9.2.6. Efeitos da decisão	753
2.6.9.2.7. Recursos	754

3. PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS	754
3.1. Legislação aplicável	754
3.2. Prazo	754
3.3. Competência	755
3.4. Receitas partidárias permitidas e vedadas	755
3.5. Despesas partidárias	757
3.6. Obrigações partidárias	758
3.7. Procedimento do exame das contas partidárias pela Justiça Eleitoral (fases postulatória e instrutória, quando houver ou não movimentação financeira de recursos)	759
3.8. Julgamento das contas partidárias pela Justiça Eleitoral e sanções em caso de desaprovação (fase decisória)	765
3.9. Recursos e regularização	766
4. SINOPSE	768
5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	772
5.1. Súmulas do TSE	772
5.2. Informativos	772
5.3. Jurisprudência Seleccionada	781
ANEXO I	787
ANEXO II	
PROGRAMA OFICIAL DE DIREITO ELEITORAL DO CONCURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (CARGO: PROCURADOR DA REPÚBLICA)	793
PROGRAMA OFICIAL DE DIREITO ELEITORAL DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DA REPÚBLICA	795
ANEXO III	
QUADRO RESUMIDO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO	797
ANEXO IV	
ALISTAMENTO ELEITORAL (RESOLUÇÃO Nº 23.659/21-TSE)	803
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	829